

Desmatamento por garimpo em terra yanomami saltou 25% em 2022

Dados do Deter, do Inpe, indicam que devastação no território foi movida pela mineração ilegal

PLANETA EM TRANSE
Jéssica Mães

SÃO PAULO O garimpo na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, levou ao desmatamento de 232 hectares de floresta amazônica só em 2022, apontam dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O número representa um aumento de 24,7% em relação ao índice registrado no ano anterior (186 hectares). O levantamento foi feito com informações do Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real), compiladas a pedido da Folha. Em todo o ano passado, o sistema só registrou desmatamento na terra indígena (TI) relacionado à mineração ilegal.

Em entrevista à Folha, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou que o governo federal pretende renovar os garimpeiros da região. "As ações estão sendo planejadas e obviamente a gente não costuma avisar as datas das nossas operações. O [governo] Bolsonaro fazia muito isso. Eles publicavam no Diário Oficial. Mas nós temos um protocolo que é fazer o planejamento e fazer as ações. Para que os contraventores não venham a se precaver", disse.

A série histórica do sistema de monitoramento por satélite traz dados desde 2016. Até 2018, o Deter não registrava desmatamento por garimpo na terra yanomami, mas, desde 2019, esse tipo de devastação aparece todos os anos. Até 2022, são 958 hectares de floresta amazônica perdidos para esse fim — o equivalente a seis parques Ibirapuera.

Claudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas do Inpe, diz que o sistema diferencia o tipo de desmatamento de acordo com o contexto. "Se a gente percebeu que você está na beira do rio, se existe retirada do solo, se aparecem aquelas lagoas [que se formam em pontos de garimpo], é sinal de mineração. Então, o que a gente percebeu é que, em 2022, todo o desmatamento que aconteceu na TI Yanomami foi de mineração".

O Deter foi criado para possibilitar ações mais rápidas de fiscalização e combate a crimes ambientais. A precisão de detecção de derrubada do programa é, de forma geral, menor em relação à do

sistema usado para o cálculo oficial de desmatamento, o Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite). Embora não seja destinado a medir o desmatamento, o Deter pode ser usado para observar tendências de crescimento, queda ou manutenção do desmatamento na Amazônia.

O geógrafo Estevão Senra, pesquisador do Instituto Socioambiental, diz acreditar que o salto na devastação na TI no ano passado pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro é a maior facilidade de expandir uma estrutura já instalada na floresta. O segundo tem a ver com o ano eleitoral.

"Por um lado, se [o presidente Jair] Bolsonaro ganhasse, existia uma expectativa de regulamentação ou de continuação da vista grossa [na fiscalização]. Então, você promove uma espécie de corrida para ver quem chega primeiro e ocupa áreas onde já têm alguma prospecção [de encontrar minério]", diz. "Por outro lado, se ganhasse o outro candidato a presidente, que falou que ia retomar a política de proteção ambiental, é agora ou nunca. As pessoas vão para lá para retirar o que puderem, enquanto puderem".

Não são só os dados do Inpe que apontam essa tendência. Segundo o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal na Terra Indígena Yanomami, feito pela associação indígena Hutukara, em 2022 o desmatamento causado pela atividade ilegal avançou 1,78 hectares.

O monitoramento é promovido desde 2018 pela organização dos yanomamis, usando imagens de alta resolução da constelação de satélites Planet. Além de serem analisadas por especialistas bimensalmente, o levantamento é validado em sobrevoos anuais.

Segundo a Hutukara, os satélites visitam a região com mais frequência, o que garante a captura de imagens sem nuvens em áreas que muitas vezes não são registradas em outros satélites. Como o mapeamento é mais fino, os números são maiores do que os de outros sistemas.

O levantamento mostra o avanço do garimpo sobre a TI yanomami. Enquanto em outubro de 2018 o total da área perdida para a mineração ilegal era de 1236 hectares, em dezembro de 2022 ela chegou a 5.053 hectares. De dezembro de 2021 a dezembro de 2022, a

Mineração avança na Terra Indígena Yanomami

Dados do Deter indicam desmatamento só por garimpo em 2022

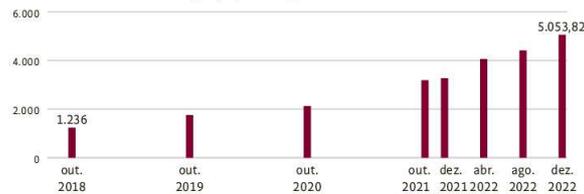
Causas do desmatamento* (em hectares)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Mineração	—	—	—	269,4	269,57	186,58	232,73	958,29
Desmatamento causado por atividade de extração mineral								
Corte seletivo desordenado	—	—	—	—	7,52	—	—	7,52
Forma convencional de desmatamento, em que árvores são removidas sem planejamento, com a presença desordenada de estradas e pátios para estocagem								
Degradação	1.761,55	—	3,36	—	—	45,23	—	1.810,16
Perda de dossel florestal e consequente exposição do solo, onde há vegetação geralmente em estágios iniciais								
Desmatamento por corte raso	111,65	80,02	444,55	96,23	222,68	47,05	—	1.002,21
Remoção total da cobertura florestal em uma única intervenção								
Desmatamento com vegetação	—	2,31	125,83	39,76	—	—	—	167,91
Áreas com evidência de desmatamento, mas com alguma cobertura vegetal. São casos em que há um intervalo entre a ocorrência do corte raso e a sua detecção								

*Os valores representam novas áreas desmatadas no período. O desmatamento causado por queimadas (72.314 hectares entre 2016 e 2020) não foi considerado. Fonte: Deter/Inpe

Dados de associação indígena também mostram aumento de área desmatada

Desmatamento acumulado associado ao garimpo (em hectares)



Fonte: Hutukara Associação Yanomami (a instituição não tem compilados os dados referentes especificamente ao período de outubro de 2022)



Garimpo no rio Uraricoera, na Terra Indígena Yanomami Christian Braga - 9 abr 2021/Greenpeace

devastação cresceu 54%.

Senra diz que a presença de garimpeiros na região começa a ficar mais acentuada em 2016, quando o preço do ouro no mercado internacional faz com que o investimento nessa atividade valha mais a pena.

"Nesse período já se observou um processo de desmantelamento das políticas de proteção ambiental, aprofundado no último quadriênio."

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro não apenas criticou e deixou de investir em atividades de fiscalização como adotou políticas de incentivo à destruição do meio ambiente. Um exemplo é um decreto —revogado pelo presidente Lula (PT) ao tomar posse— que criava um programa para estimular a "mineração artesanal". Na prática, o ato era um impulso ao garimpo ilegal em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.

O geógrafo acrescenta que os dados da Hutukara consideram o desmatamento provocado também pela instalação das corrutelas, como são conhecidos os acampamentos de garimpeiros. Ele lembra, ainda, que os dados se referem ao garimpo em terra firme (conhecido como garimpo de barranco). Aquele feito em balsas, nos rios, é difícil de ser detectado por satélite.

O território yanomami tem quase 10 milhões de hectares de extensão, o que pode fazer com que o tamanho da devastação causada pelo garimpo não pareça tão grave, mas essa é uma impressão enganosa. "Mesmo sendo uma área relativamente pequena quando comparada ao tamanho da terra indígena, a mineração e o garimpo têm impacto irreversível", diz Júlia Shimbo, coordenadora científica do MapBiomas no Brasil. "O impacto é muito grande. Não só na parte ambiental, mas também na social e na cultural, de ameaça aos povos indígenas."

A pesquisadora aponta, ainda, que os dados do próprio MapBiomas corroboram a destruição. Até 2021, a plataforma indica uma área de garimpo de 1.556 hectares mapeada na terra yanomami.

"Você tem três bases de dados diferentes, com métodos diferentes, que indicam esse aumento progressivo assustador, principalmente nos últimos quatro anos", afirma.

Ela destaca que o fato de a Hutukara apontar números mais altos indica a importância de monitoramento local destes territórios, possibilitando que as informações sejam usadas como instrumento de pressão do poder público.

A TI Yanomami passa por uma crise humanitária, com casos de desnutrição, malária e doenças respiratórias.

Colaborou Clayton Castellani

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

Genocidas somos todos nós

É inescapável incriminar Bolsonaro, mas matança não começou há quatro anos

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Pscionautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. F6forô)

Meia dúzia de meninas yanomamis entra na fila da comida em Toototobi (RR), com outras seis centenas de parentes reunidos na assembleia da associação Hutukara. Tem algo como 10 ou 12 anos de idade, corpos colados um ao outro num quase abraço, algumas com bochechas e narizes perfurados por palitos.

São magras, membros longos e delgados, mas não se veem esteladas sob a pele —"esbeltas" seria uma descrição melhor. Retrato acabado de beleza, saúde e afeto natural. Aguardam a distribuição dos

110 kg de arroz e 20 kg de feijão preparados a cada dia na cozinha comandada com mão de ferro por Davi Kopenawa.

A reportagem nesta Folha, em novembro de 2010, culminava a realização de um desejo: conhecer o povo imortalizado nas fotos de Claudia Andujar e no livro "O Círculo dos Fogos", de Jacques Lizot. Uma semana de imersão na política yanomami debatida em cinco línguas por comitivas de várias aldeias, até da Venezuela.

A lembrança dos garotos enfleirados contrasta em tudo com as fotos de Lalo de Almei-

da mostrando crianças yanomamis esqueléticas na edição de quinta (26) do jornal. Quanta tristeza: concretizava-se em instantâneos repulsivos a estatística de 52% de meninas e meninas da etnia com menos de 5 anos sofrendo de desnutrição.

Imagens fortes o bastante, espera-se, para calar a boca de quem, diante da tela a 3.000 km de distância, objetiva ocosamente contra o termo "genocídio" e a respectiva tipificação penal. Como se essa fosse a questão mais importante.

O vagalhão de revolta com a situação se levantara em 20 de

janeiro, quando a revista Sumáuma revelou que 570 curumins yanomamis tinham morrido por causas evitáveis nos quatro anos de Bolsonaro. As fotos que acompanhavam a reportagem, ao que parece feitas com celulares, já eram para lá de chocantes.

O paralelo imediato, para quem viveu o século 20, estava nos retratos de crianças famintas de Biafra, no final dos anos 1960. Ou dos campos de concentração de judeus na Segunda Guerra. O horror, o horror.

No dia seguinte o Ministério da Saúde declarou emergên-

cia de saúde pública na área. O presidente Lula foi a Roraima testemunhar a tragédia. Um surto de cobertura jornalística assomou para exibir o que era uma realidade crônica.

A infância só fez crescer com a reação da falange genocida no comando de metade do país até dezembro passado. Não seriam yanomamis brasileiros, mas sim venezuelanos, supostas vítimas de Maduro —disseram os que sempre agiram pela extinção de uns e outros, em prol do garimpo ou sonegando e desviando remédios.

Bolsonaro e caterva representam só o paroxismo da indole dominante no Brasil. Não por acaso a primeira condenação por genocídio, aqui, se deu no julgamento de outra matança de yanomamis, a de Haximi, ocorrida em 1993.

Osobestimado Itamar Franco era presidente, então. Por

ironia, a Terra Indígena Yanomami (quase 97 mil km²) havia sido homologada em 1992 por ninguém menos que o famigerado Fernando Collor.

A saúde dos yanomamis seguiu com altos e baixos sob Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer, até desembocar na hecatombe bolsonarista. Nos quatro anos do capítulo, informa a reportagem da Sumáuma, aumentaram 29% as mortes de suas crianças, para 570 (e ele deve ser responsabilizado por esse crime).

Isso quer dizer que, no quadriênio anterior a Bolsonaro, morreram at uns 442 curumins nas terras assediadas pelo garimpo contaminador. Uma investida corrosiva que o Estado brasileiro nunca conseguiu controlar, no máximo justificar com operações midiáticas.

O genocídio começou muito antes. É coisa nossa.